



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ata da Reunião Nº 26

Fundo Setorial: CT-ENERGIA

Data: 06/10/2009

Horário: 10:00:00 - 14:00:00

Local: Hotel Gran Bittar - Brasília/DF

1. Convocados

CARLOS ALBERTO PITTALUGA NIEDERAUER(Membro Titular) - Presente

CYLON GONÇALVES DA SILVA(Membro Titular) - Presente

ELIZABETH FERREIRA CARTAXO(Membro Titular) - Presente

FERNANDO NIELANDER RIBEIRO(Membro Titular) - Presente

LUÍS CLÁUDIO SILVA FRADE(Membro Titular) - Presente

RONALDO MOTA(Presidente) - Presente

2. Convidados

Adriano Duarte Filho - MCT/ SETEC - Presente

Aldo Pinheiro da Fonseca - MCT/ ASCOF - Presente

Aurelio Calheiros de Melo Junior - ANEEL - Presente

Eduardo Soriano - MCT/ SETEC - Presente

Livio Teixeira de Andrade Filho - MME - Presente

Marco Delgado - Setor Empresarial - Presente

Maria Augusta - MCT/ SETEC - Presente

Roberto Meira - MME - Presente

3. Pauta da Reunião

1. Energia Solar - Apresentação por MCT e MME (20 +20 min.)

2. Proposta de Orçamento 2010

3. Execução Orçamentária pelas agências CNPQ e FINEP

4. Discussão do Roteiro para as Diretrizes do Fundo Setorial de Energia

5. Avaliação dos Fundos Setoriais – IPEA/ CEPEPLAR (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais)

4. Discussões dos Assuntos em Pauta

Abertura

Ronaldo Mota, presidente do Comitê, após dar boas vindas aos participantes, sugeriu a inversão de pauta, de modo que a reunião começou com a apresentação sobre a Avaliação dos Fundos Setoriais.

1. Avaliação dos Fundos Setoriais – IPEA/ CEPEPLAR (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais)

A apresentação de João De Negri, do IPEA, sobre a avaliação dos fundos iniciou com a descrição do projeto e as perguntas norteadoras da avaliação, a saber: (I) Os fundos setoriais são mecanismos robustos para financiar de forma consistente a CT & I no Brasil?; (II) As empresas têm participado de forma expressiva nos FS?e (III) Qual o impacto dos FS na Gestão do Sistema Nacional de Inovação?

Na sequência mostrou a metodologia, responsáveis e amostra analisada. Também apresentou a análise preliminar sobre a relação entre empresas e os fundos setoriais e, por fim, a relação entre a matriz tecnológica do Brasil e outros países.

Após a apresentação foram feitas algumas perguntas e comentários. Ao final dos comentários o presidente do Comitê, Ronaldo Mota, completou que o trabalho de avaliação é complexo e que terá tanto análises gerais quanto setoriais dos fundos.

A apresentação completa encontra-se no escritório virtual.

2. Energia Solar - Apresentação por MCT e MME.

A primeira apresentação sobre energia solar foi feita pelo Eduardo Soriano do MCT. Ele esclareceu que a Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (SETEC) está realizando diversas reuniões setoriais na perspectiva de uma possível reestruturação de programas de PD&I. Abordou as atividades, programas e instrumentos relativos à energia térmica e fotovoltaica. Além disso, abordou a gestão da rede de energia fotovoltaica, as respectivas áreas de atuação e projetos relevantes.

Na sequência, Roberto Meira, do MME, apresentou os resultados do grupo de trabalho “geração distribuída com sistemas fotovoltaicos”. Apresentou as diretrizes do setor energético, a matriz atual e a evolução energética do país, além das premissas da energia fotovoltaica, estratégia e propostas. Por fim apresentou um conjunto de sugestões ao CT Energ, tais como: (I) Formatar um programa piloto de sistemas fotovoltaicos conectados à Rede, com o objetivo de analisar os reais impactos da conexão de pequenos sistemas fotovoltaicos nas residências; (II) Formatar um programa de treinamento de pessoal, nos mais variados níveis, em conjunto com universidades, centros de pesquisa e escolas técnicas; (III) Estabelecer uma rede temática para dar coerência e eficiência nas diversas ações isoladas de diversas instituições que lidam com energia solar fotovoltaica no Brasil, inclusive ações de pesquisa e desenvolvimento.

Após cada apresentação foram feitos comentários e perguntas, Marco Delgado, representante do setor empresarial, tratou de uma possível motivação para promover o desenvolvimento tecnológico para energia solar a partir do Programa Luz para Todos, principalmente nas áreas onde o custos de expansão das redes elétricas tradicionais é significativamente maior e, com efeito, a necessidade de subsídios seria mitigada ou até mesmo eliminada. Este universo abrange mais de 800 mil unidades consumidoras que, dada a envergadura e com os devidos estudos, pode viabilizar escala inicial para produção comercial. Cylon Eudóximo, representante da comunidade científica, abordou a questão dos custos energéticos para produção de novas tecnologias.

Ambas apresentações encontram-se no escritório virtual.

3. Proposta de Orçamento 2010

Na sequência o presidente introduziu o tema do orçamento e esclareceu o orçamento de 2009 sofreu uma redução na ordem de R\$1,2 bilhões, mas que, por orientação do Ministro, fez questão de não afetar as bolsas e as ações verticais.

Aldo Pinheiro, coordenador da Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais (ASCOF) do MCT, ao tratar da proposta orçamentária de 2010 disse que o volume de recursos foi mantido com relação aos anos anteriores, entretanto, os recursos referentes às ações transversais foram previamente separados no Projeto de Lei Orçamentária, diferentemente dos anos anteriores que o recursos das ações transversais estavam alocados dentro da rubrica de cada fundo. Dessa forma, os membros do Comitê Técnico têm mais clareza acerca do volume de recursos que deliberará.

Ronaldo acrescentou que na próxima reunião terão informações mais precisa acerca da execução, do projeto de lei aprovado e de orientações advindas da reunião do FNDCT, a partir das quais os membros do CT Energ terão elementos para as próximas deliberações.

Luis Frade, representante do setor empresarial, questionou sobre a redução do orçamento. Foi esclarecido que embora o orçamento

seja menor, dele já foi subtraída a contribuição referente às ações transversais, portanto, trata-se de um orçamento mais realista. Ele também solicitou a distribuição de recursos por região para que os membros tenham informação sobre o cumprimento legal de destinação de 30% dos recursos para a região norte, nordeste e centro-oeste.

Aldo, coordenador da ASCOF, apresentou o percentual de recurso para as regiões norte, nordeste e centro-oeste, desde a criação do fundo em 2001, a saber: 10,5%; 14%; 21,3%; 23%; 21%; 25%; 32% e 31%. Os dados demonstram uma tendência crescente de recursos destinados a essas regiões e nos dois últimos anos alcançou a determinação legal.

A tabela com a descrição orçamentária encontra-se no escritório virtual.

4. Execução Orçamentária pelas agências CNPQ e FINEP

Carlos Pittaluga, representante do CNPq, apresentou a execução financeira e orçamentária de 2009. Esclareceu que até setembro do presente ano foram executados R\$10,1 milhões do CT Energ, beneficiando 82 instituições, das quais 9 delas receberam 50% dos recursos. Também alertou para um fato recorrente que são os atrasos nos projetos o que acarreta em aumento dos custos, não apenas os relativos às bolsas, como também os custos administrativos. Fernando Ribeiro, representante da FINEP, reforçou que tais atrasos também têm sido recorrentes na FINEP, por diversos motivos, entre eles as mudanças na regulamentação concernente à transferência de recursos. Por fim, apresentou a lista dos editais e encomendas, os respectivos valores previstos e executados.

Elizabeth Cartaxo, representante da comunidade científica, abordou o valor da bolsa, pois acredita ser incompatível com a realidade Amazônica e questionou sobre a possibilidade do Comitê Técnico do Fundo Setorial ter algum tipo de atuação para lidar com essa dificuldade. Pittaluga respondeu que existem previsões legais para diferenciações nos valores de bolsa, e que para isso acontecer precisa ter uma deliberação do Comitê nesse sentido.

Na sequência, Fernando Ribeiro iniciou a apresentação tratando dos motivos referentes aos atrasos de implementação, tais como: acórdão do TCU com relação às Fundações de Amparo à Pesquisa, mudanças normativas em relação aos convênios e atrasos no orçamento. Apresentou a situação da execução dos editais e encomendas que foram deliberados pelo Comitê Técnico em 2009. Parte dos recursos será descentralizada esse ano, o restante será em 2010. Ambas apresentações encontram-se anexas no escritório virtual.

5. Discussão do Roteiro para as Diretrizes do Fundo Setorial de Energia

Por fim, o último ponto de pauta foi introduzido pelo presidente do Comitê que falou da necessidade de revisão do documento "Diretrizes Estratégicas para o Fundo Setorial de Energia" que data de 2002. Destacou que cada comitê pode sugerir seu procedimento de revisão, partindo da proposta feita pela ASCOF, e o horizonte de prazo previsto é meados do primeiro semestre de 2010.

Adriano Duarte, representante da SETEC do MCT, apresentou alguns exemplos que ilustram como o documento precisa de revisão. Aldo acrescentou que é prerrogativa do Comitê elaborar as diretrizes do fundo e ainda há uma determinação do TCU para que ele o faça. Também contextualizou que esse documento deve ser feito levando em conta outros processos como: Avaliação dos Fundos Setoriais pelo IPEA; Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e o PACTI 2011 e 2014.

Muitas discussões foram feitas acerca do tema e, sem prejuízo de discussões mais aprofundadas com os setores, foi sugerida a contratação de uma consultoria para a atualização do documento.

Não havendo mais comentários o presidente encerrou a reunião.

RONALDO MOTA
Presidente